



**O trabalho coletivo como resistência em uma comunidade no Quilombo Jambuaçu,
Moju, Pará**

Collective work as resistance in a community in Quilombo Jambuaçu, Moju, Pará

Helton Kania Andreato

Universidade Federal do Pará

helton.andreato@gmail.com

Ana Paula Donicht Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia

anapdf@ufra.edu.br

Dalva Maria da Mota

EMBRAPA Amazônia Oriental

dalva.mota@embrapa.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o trabalho coletivo para fins econômicos como uma forma de resistência frente a um grande empreendimento da região amazônica na comunidade quilombola São Manoel. Assim, questiona-se: como o manejo e a implantação de sistemas agroflorestais se evidenciam como ação coletiva em São Manuel? A abordagem de pesquisa foi quantitativa e qualitativa, com fontes primárias e secundárias. Os resultados mostram o histórico das atividades que causaram danos a comunidade e as formas de resistência frente aos avanços de uma grande empresa. A ação coletiva foi fundamental para o sucesso dos sistemas agroflorestais, sendo a força da comunidade essencial para gerar renda, ressignificando o território e sua ocupação.

Palavras-chave: Mutirão, Quilombola, Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to analyze collective work for economic purposes as a form of resistance against a large project in the Amazon region in the São Manoel quilombola community. Thus, the question is: how the management and implementation of agroforestry systems are evidenced as collective action in São Manuel? The research approach was quantitative and qualitative, with primary and secondary sources. The results show the history of activities that caused damage to the community and forms of resistance against the advances of a large company. Collective action was fundamental to the success of the agroforestry systems, being the strength of the community essential to generate income, giving new meaning to the territory and its occupation.

Keywords: Work Exchange, quilombola, Amazon.



INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o trabalho coletivo para fins econômicos como uma forma de resistência na comunidade São Manoel, Território Quilombola Jambuaçu, no município de Moju, no Nordeste paraense.

Diversos foram os estudos realizados no Território Quilombola Jambuaçu nos últimos anos. Almeida e Marin (2007) e Marin (2010) produziram valiosa literatura a respeito do conflito ali ocorrido por meio do projeto Nova Cartografia Social, sendo essa a principal referência sobre o tema. Os trabalhos desses autores contaram com grande participação dos quilombolas das diferentes comunidades na sua elaboração e demonstram como a implantação de grandes projetos provoca embates com povos e comunidades tradicionais devido à perda de seus territórios, seja para a implantação de obras de infraestrutura, seja para a implantação de projetos do agronegócio, como a monocultura do dendê e o desmatamento para a ampliação de áreas de pecuária (ALMEIDA, 2010).

Povos e comunidades tradicionais vêm sofrendo pressões por conta de seus territórios. É o caso dos quilombolas, chamados anteriormente de comunidades negras rurais e que possuem um caráter étnico que os diferencia de outras comunidades tradicionais, mas, como estas, enfrentam coerções e dificuldades que vão desde o reconhecimento e titulações de suas áreas à conflitos para a manutenção daquelas já reconhecidas. Esse é o caso do Território Quilombola Jambuaçu, no município de Moju, Nordeste paraense, onde está localizada a comunidade São Manoel.

O primeiro registro de conflito data do início da década de 1980, contra a Reflorestadora da Amazônia S/A (REASA), uma empresa produtora de dendê (SACRAMENTO, 2007). A partir de 2004, um novo conflito ocorreu no território e a empresa responsável, foi a Companhia Vale do Rio Doce (CVDR) – atual Vale, hoje operada pela Norsk Hydro –, mineradora que instalou um linha de energia e minerodutos¹ que atravessam uma extensão de quinze quilômetros do território. Durante as obras de instalação, ocorreram diversos impactos

¹ Os minerodutos transportam a bauxita da cidade de Paragominas até Barcarena, onde é produzida a alumina, matéria prima para a produção do aço.



ambientais²: os principais foram o assoreamento do igarapé Jambuaçu, o desmatamento de áreas florestais e a perda de áreas agricultáveis por parte dos quilombolas (MARIN, 2010).

Em 2006, após tentativas malsucedidas de negociações com a empresa, ocorreu a derrubada de uma torre de energia na Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua. A ação foi um ato de protesto dos quilombolas pelo desrespeito da empresa com suas terras por conta da implantação de um dos trechos do Projeto Bauxita Paragominas, a qual virou notícia com repercussão nacional e internacional (ALVES, 2014), e levou a empresa a se reunir com elas e negociar os termos. Essas ações exigiram estratégias de organização por meio da ação coletiva para reivindicação das pautas quilombolas ao enfrentar o poderio de uma grande empresa e do Estado. Isso corrobora com a ideia de que a ação coletiva quilombola é baseada em incentivos solidários, lealdades históricas e interesses coletivos preservados e partilhados por aqueles que possuem origem histórica e étnica comuns (OLIVEIRA, 2009).

A titulação coletiva também é algo a se destacar dentro do cenário. Relativo ao artigo 15 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, as comunidades deveriam ser consultadas sobre transformações em seu território e têm o direito de participar da utilização, gestão e conservação dos recursos. Ostrom (1990) relata casos de gestão bem-sucedida de bens comuns em que grupos criaram regras para sua utilização. Porém, afirma que fatores externos podem dificultar esse modo de uso dos recursos coletivos. É o que pode ser verificado no território Jambuaçu, onde a empresa influenciou de maneira prejudicial na gestão coletiva do território.

No âmbito das negociações, a empresa não cumpriu todas as condicionantes requeridas na Licença de Operação nº 4352/2010 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), relativas ao transporte da bauxita. Dentre as condicionantes atendidas parcialmente está a estrutura da Casa Familiar Rural (CFR) Sérgio Tonetto, construída no território em 2008, que havia sido uma reivindicação dos quilombolas e possuía o modelo de formação na perspectiva da Pedagogia da Alternância (MACHADO, 2014). Esse lugar se tornou de grande importância no desenvolvimento de técnicos agrícolas para o território. Houve, ainda, um convênio entre a CFR e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-

² Tais impactos foram objetos de várias ações na justiça com suporte do Ministério Público Federal e Estadual aos quilombolas, com o intuito de reparar os danos. A empresa mineradora, por seu lado, recorreu à justiça para anular os compromissos relacionados às condicionantes da Licença de Operação da atividade de transporte por meio de minerodutos.



Açu (Camta), que possibilitou a alguns estudantes o primeiro contato com os Sistemas Agroflorestais (SAF), introduzindo-os a uma nova perspectiva de produção.

Dentre outros itens das condicionantes, constava a implantação de um Projeto de Geração de Renda, o qual foi elaborado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), mas não foi executado. Esse era um instrumento que daria novas perspectivas econômicas às famílias afetadas pelo empreendimento, ao invés indenização oferecida atualmente.

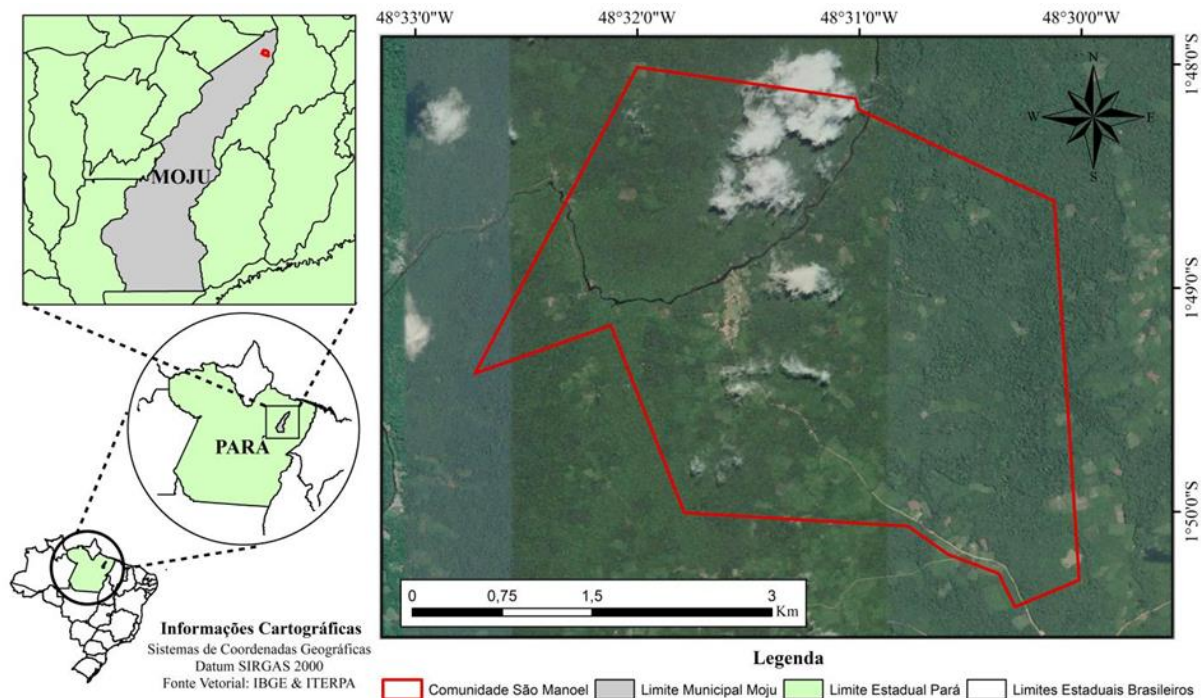
No projeto realizado na CFR, foram ensinados aos estudantes quilombolas os fundamentos dos SAF utilizando como modelo as áreas implantadas no município de Tomé-Açu, referência nesse sistema. Contrastando com a técnica aprendida em Tomé-Açu, a qual apresentava um gradiente tecnológico à sua realidade local, e devido à falta de insumos e mecanização, o grupo seguiu uma lógica diferente do tradicional sistema de “corte e queima” ou da derrubada total da floresta. Eles implantaram os SAF embaixo de uma capoeira de 20 anos, trazendo características mais agroecológicas.

Considerando o debate, o objetivo do presente artigo é analisar como um grupo de agricultores autodesignados quilombolas atua trabalhando coletivamente para a implantação de SAF e outras atividades econômicas na comunidade São Manoel, no Território Jambuaçu. Tem-se como pressuposto que esse tipo de trabalho coletivo visa resistir às ameaças externas. Com tal propósito, além desta seção introdutória, o artigo apresenta os procedimentos metodológicos na seção 2. Na seção 3 relaciona os resultados do estudo com as discussões relacionadas ao tema; e ao final apresenta as conclusões dos autores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Moju está localizado na mesorregião do Nordeste paraense e à microrregião de Tomé-Açu, distante 126 km de Belém, capital do Estado. Possui uma área de 9.094,107 km² e é atravessada pelo rio Moju. Conta com uma população estimada de 82.094 habitantes (IBGE, 2019), sendo a maioria na área rural. O território quilombola Jambuaçu, distante 15 km da sede municipal, é composto, atualmente, por 14 comunidades tituladas, dentre as quais se destaca a comunidade São Manoel (Figura 01).

Figura 01. Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaboração do primeiro autor (2019).

São Manoel possui 1.293,18 hectares de posse coletiva propositalmente para evitar o aumento da pressão sobre as terras por terceiros, além de favorecer uma forma comum de gestão dos recursos naturais já praticada pela comunidade (BARBOSA; MARIN, 2010). Seu perímetro é delimitado pelos igarapés Sarateua, Mirindeua e em parte pelo Jambuaçu, que o transpassa. Seus membros têm como meio de vida a agricultura, o extrativismo animal e vegetal (frutas diversas, caça e pesca) e a produção de farinha para consumo e venda.

O estudo contou com abordagens qualitativa e quantitativa, sendo a pesquisa de campo realizada na Comunidade São Manoel no período de 2018 e 2019 por meio de observações e entrevistas semiestruturadas com 15 agricultores que implantaram SAF³. Os seus nomes não foram citados visando assegurar a confidencialidade dos entrevistados. Os temas das entrevistas foram: características dos atores envolvidos e ação coletiva local. As observações ocorreram

³ Os participantes assinaram os termos de autorização de uso de imagens e depoimentos, os quais foram posteriormente cadastrados no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen).

em ocasiões de mutirão e de trabalho individual nos SAF, açaizais e pimentais, assim como, de reuniões do grupo.

As informações qualitativas foram estudadas a partir da análise de discursos em leituras horizontais e verticais (MICHELAT, 1982), que permitem sistematizar e analisar as respostas de cada entrevistado e do conjunto. Os dados quantitativos foram sistematizados com a utilização de planilhas eletrônicas e analisados por meio das estatísticas descritivas, sendo o conteúdo textualizado e analisado para que pudessem ser feitas as relações do observado em campo com a literatura concernente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AÇÃO COLETIVA, MUTIRÕES

A ação coletiva pode ser compreendida como o esforço de um conjunto de pessoas para atingir um objetivo comum (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017), e pode ser diferenciada entre seus tipos e formas. Os tipos de ação coletiva podem ser descritos como ações espontâneas e pontuais, ações temporárias e ações duradouras. Em suas formas, verificamos a cooperação simples, a complexa, a informal e a formal. A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento (SABOURIN, 2010).

O trabalho coletivo entre as populações tradicionais, como os quilombolas, é muito comum, e uma das tarefas mais características é o mutirão. Para Galvão (1945, p. 723), o mutirão pode ser considerado como:

[...] a prática de sadio e espontâneo cooperativismo, nascido do espírito de vizinhança e de solidariedade nas necessidades mais prementes. Cooperativismo que viceja naturalmente, sem “assistência técnica”, desconhecido e desamparado da propaganda e da proteção oficial.

Cândido (1975), sobre uma comunidade caipira do interior de São Paulo, relata o mutirão como uma reunião de vizinhos, convocada por um deles, para ajudar a realizar determinado trabalho (derrubada, roçada, plantio, colheita etc.). Em troca, a pessoa que recebe o auxílio deve fornecer alimentos e uma festa ao final do trabalho. Não há remuneração direta, mas uma obrigação moral de retribuir a ajuda daqueles que lhe auxiliaram. Esse chamado é



muito comum, pois os agricultores não conseguem realizar as tarefas apenas com seus grupos domésticos.

Se tratando da mesorregião do Nordeste paraense, o estabelecimento de SAF em florestas secundárias pode ser um sistema de uso da terra que conserva essas florestas naturais de forma ecológica e economicamente sustentáveis. Isso se torna especialmente importante para as propriedades dessa região, onde pelo menos 80% de suas áreas devem legalmente ser cobertas por florestas (BRASIL, 2012; SCHWARTZ; LOPES, 2017).

Com a implantação dos SAF, os quilombolas de São Manoel direcionam coletivamente sua força de trabalho ao aprimoramento das técnicas, acreditando em suas práticas produtivas e promovendo a sua divulgação às demais comunidades do território, não permanecendo apenas à espera da compensação financeira da empresa, bem como reagem de forma a ressignificar seu território. Almeida e Marin (2002) destacam que, historicamente, o jurista Perdigão Malheiro faz uso da ideia do quilombo como uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta, resistindo não apenas aos mecanismos repressores da força de trabalho, mas, principalmente, à lógica produtiva da plantation. Isso demonstra que a questão coletiva é algo transgeracional para a população quilombola.

No mutirão praticado em nosso país, duas são as maneiras de solidariedade manifestadas pelos membros dos grupos: a solicitada (a mais comum) e a espontânea. Na primeira, o membro que necessita de ajuda para a realização de algum trabalho faz o convite com antecedência aos seus vizinhos. O convite pode ser feito direta ou indiretamente, e um dos convidados estende o convite a outrem que pode comparecer à reunião no dia combinado. O segundo tipo é uma cooperação que nasce do impulso de socorrer alguém necessitado e que não solicitou ajuda, sendo uma manifestação fraternal e de espírito solidário (CALDEIRA, 1956).

Em ambas as modalidades, tanto aquele que pede ajuda como o que recebe auxílio espontâneo, embora não haja contrato que os obrigue, ficam devendo a retribuição da prestação de serviço na primeira oportunidade que for solicitado ou quando se apresentar a ocasião de colaborar espontaneamente. Essa obrigação, consagrada pelo costume, é uma norma de natureza puramente moral (CALDEIRA, 1956).

Veiga e Albaladejo (2002) classificam de maneira diferente os tipos de trocas entre agricultores. O primeiro tipo são as trocas que estabelecem certa simetria quando o trabalho é trocado por trabalho, permuta evocada entre os agricultores de maneira explícita. Esse arranjo



entre os agricultores é realizado em “troca de diárias”: quando a primeira é realizada, o agricultor que auxiliou deve ser retribuído, e o auxiliado deve ser avisado com antecedência para devolver a diária. Esse tipo de troca também ocorre em grupos de trabalho, nos quais o indivíduo realiza o convite a outras pessoas para realizar uma tarefa, e esse modo de ajuda é denominado de adjunto por alguns agricultores. Esse tipo de trabalho se difere do mutirão por não possuir caráter festivo e porque os dias de trabalho são contabilizados de maneira explícita. A forma de pagamento de diárias é a mesma explicada na troca de diárias. O adjunto tende a estabelecer uma relação menos incerta de pagamento de trabalho do que no mutirão. Além da retribuição em trabalho, existem outros meios de recompensa, como a colheita repartida (de “meia”), na qual é combinada uma porcentagem da colheita como forma de pagamento ao agricultor que fornece ajuda, pois a retribuição é garantida em termos de quantidade. O termo adjunto não é utilizado na comunidade São Manoel, pois, desde então, as tarefas coletivas são designadas como mutirão.

As trocas assimétricas foram assim designadas por não implicarem em um “reembolso” explícito, mas por possuírem obrigação moral de serem retribuídas quando a ocasião se apresentar, sendo que os prazos para isso não são estabelecidos e a retribuição não cancela completamente a dívida moral. Pode-se diferenciá-las quando ocorrem entre duas pessoas, designadas como ajudas, e quando ocorrem em grupo e são chamadas de mutirões. A ajuda consiste na colaboração casual entre agricultores nas suas atividades agrícolas ou trabalhos domésticos, mas que não têm nenhuma obrigação de retribuição explícita dentro de um prazo determinado. Já o mutirão se diferencia do adjunto porque seu caráter é festivo, pois durante o acontecimento, o agricultor organizador deve fornecer boa refeição e bastante cachaça. Em oposição ao adjunto, o mutirão não cria, para seu organizador, a obrigação de retribuir rapidamente cada um dos participantes, mas sim o compromisso de participar de mutirões organizados por eles (VEIGA, ALBALADEJO; 2002).

Ao tratar sobre as práticas de assistência entre as populações rurais da Amazônia e os seus componentes, Caldeira (1956) relata, principalmente, sobre os estados do Amazonas e do Pará. No primeiro, onde é chamada de ajuri, a prática é definida da seguinte forma:

É a reunião que se efetua, a pedido do dono do trabalho, que precisa de adjutório para levar a efeito algum trabalho que precisa fazer-se no menor tempo possível, como seria derrubar o mato, barrear as paredes das casas de taipa, etc. O dono do serviço, que se prepara sempre com antecedência, pelo tempo em que dura o trabalho, trata os



convidados largamente, tanto de comida como de bebidas, e no fim há geralmente ladainhas e danças. É prática de boa vizinhança, e os que acodem ao convite adquirem por sua vez o direito de ver retribuído, quando for preciso, o auxílio que prestam o mesmo que no Baixo Amazonas se chama putirum (CALDEIRA, 1956, p. 97-98).

Além das demandas e exigências econômicas dos grupos, essas reuniões têm relação com a necessidade dos seus integrantes de renovar as convivências e reafirmar os sentimentos de solidariedade. Sobre o caráter religioso que o mutirão possui, Caldeira (1956) conclui:

O traço religioso que se observa na reunião de trabalho dos caboclos pode, à primeira vista, causar estranheza, sobretudo na circunstância em que se manifesta. Todavia, a um exame menos superficial, verifica-se que o elemento religioso não está propriamente associado à recreação, mas à tarefa que os congrega (CALDEIRA, 1956, p. 102).

Como visto, o mutirão e a troca de dias de trabalho podem ser vistos como formas de cooperação simples (LACERDA; MALAGODI, 2007). Essa ação coletiva é realizada, principalmente, quando um objetivo comum ao grupo de indivíduos não pode ser alcançado por meio de uma ação individual (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017). O mutirão é realizado pelos agricultores justamente devido à inviabilidade de implantarem seus respectivos SAF de maneira individual, já que os trabalhos iniciais de manejo são muito desgastantes fisicamente.

SAF E AÇÃO COLETIVA EM SÃO MANUEL

O mutirão para a implantação de SAF em São Manuel foi realizado em 2015 por apenas quatro agricultores. Todos se juntaram para trabalhar em um terreno realizando todas as tarefas, desde a abertura da área até o plantio, logo depois passando para a área do próximo agricultor. No início, o trabalho foi mais pesado, pois os agricultores ainda não tinham desenvolvido as técnicas de implantação, e levaram mais tempo para finalizarem as áreas. Conforme trabalhavam, adquiriam experiência, o que otimizou o tempo de execução das tarefas. Desde o início, trabalharam em grupo para a implantação de novas áreas (entre os meses de outubro e dezembro), sendo que as atividades executadas foram basicamente as mesmas que estão descritas abaixo, com a diferença que, depois da implantação, as tarefas de plantio (a partir de janeiro) e a seleção de árvores que permanecerão em pé seriam realizadas por cada agricultor em seu SAF.



O grupo de SAF tinha quinze pessoas distribuídas em três grupos de cinco. Esses grupos se dividem para trabalhar no preparo de área, e o mutirão, composto por dez pessoas (dois grupos), labutam enquanto o terceiro grupo descansa. As tarefas são distribuídas pela liderança técnica (técnico agropecuário) e levam, ao todo, três dias inteiros para serem realizadas em uma área de 1 ha. Os trabalhos não são realizados em dias consecutivos, sendo distribuídos a cada cinco dias. O dia de trabalho começa às 07h30 e termina ao meio-dia; há a pausa para o almoço; as atividades retornam às 13 horas e encerram às 15h. Para o almoço cada um leva a sua comida, depois partilhada entre todos os componentes do grupo. A primeira atividade, desenvolvida por toda a equipe de dez pessoas ao mesmo tempo, é a roçada da área, operação na qual são cortados os matos e pequenas árvores e que demora um dia inteiro de trabalho. As atividades posteriores são o piqueteamento e o coveamento desenvolvidas de forma conjunta. Para a atividade de piqueteamento são necessárias três pessoas, consumindo um dia inteiro para a alocação de cerca de pouco mais de 800 mudas. Já a atividade de abertura de covas é cumprida por sete pessoas e demanda um dia inteiro. O trabalho do mutirão se encerra com essas atividades. O plantio de mudas e o corte de árvores para realizar o raleamento de suas copas, bem como a posterior picagem, são atividades consideradas mais leves e que não necessitam do trabalho em conjunto, podendo o dono de cada área realizar a seu tempo. O grupo de mutirão é composto inteiramente por homens, e as mulheres e os familiares de cada agricultor exercem as atividades posteriores que requerem mais cuidado, como o plantio de mudas.

As mudas para a implantação dos SAF são produzidas em um viveiro comunitário em São Manoel. Devido à crescente adesão aos SAF, foi necessário um mutirão para a mudança do local do viveiro para uma área mais ampla. O mutirão é o principal fator para o sucesso na implantação dos SAF até o momento, pois o trabalho em conjunto une as pessoas e, segundo eles, mesmo quando alguém desanima devido à intensidade do trabalho, outros o motivam e assim o levam adiante. Há consenso que o trabalho inicial depende da força de trabalho de todo o grupo, pois sozinhos teriam possivelmente desistido devido às dificuldades dos afazeres.

Para 60 % dos entrevistados, a comunidade possui grande facilidade para a organização do trabalho em grupo. O mutirão é uma tradição ancestral na comunidade para 33% dos entrevistados. Outro fator importante é o estado de espírito que essa mobilização provoca, já que a parceria entre eles e o ânimo que os estimula é uma questão fundamental para 13%. Já para 20% dos entrevistados, as reuniões da associação são importantes para a mobilização dos

agricultores, sendo que tal relevância se deve à falta de apoio do poder público para 7%, o que faz com que a comunidade tenha que se mobilizar para realizar as suas ações de melhorias. Essa mobilização é considerada importante também devido à escassez de recursos financeiros e por ser a única forma de ajuda disponível para 13% entre eles, o que revela a importância do mutirão, assim como corrobora com as justificativas acima citadas.

Sobre a importância do mutirão, 60% dos agricultores o considera como a principal forma de ajuda, pois sem ele, possivelmente, não teriam seus SAF implantados por conta da dificuldade inicial do trabalho. Para 53,3% dos entrevistados, a maior importância dos mutirões está no incentivo por ele provocado na realização do trabalho, ao aumentar o ânimo de todos aqueles que executam as suas tarefas. Outro aspecto apontado por 27% dos entrevistados foi a questão da sociabilidade, pois enquanto realizam o mutirão, eles estão interagindo, bem como relataram como é difícil a realização dos trabalhos sozinhos pela falta de conversas durante as atividades. Outro fator elencado foi a troca de conhecimentos durante a atividade de mutirão para 7%, pois, frequentemente, os conhecimentos são repassados de forma prática durante a realização dos trabalhos. Ianovali (2015), em pesquisa em uma área quilombola, afirma que uma das principais características das relações sociais é a reciprocidade, o que pode ser observado sobretudo no mutirão.

Após a implantação dos SAF e ao ver o êxito da produção que se inicia com a venda de pimenta e culturas de ciclo curto, houve um crescente interesse de novas pessoas em começar a implantar SAF em suas áreas. Onde antes havia capoeira sem enriquecimento para ser apenas queimada, hoje ocorre a manutenção de diversos indivíduos, ainda com perspectiva de enriquecimento com outras espécies de importância ecológica para, dessa forma, realizara recuperação florestal.

Em suas falas, os agricultores manifestam o desejo de produzir mais por meio do SAF devido a inúmeras causas. As principais são a financeira, a ecológica e por visualizarem um horizonte no qual podem obter melhoria da sua qualidade de vida. Isso porque logo que tenham uma quantidade de frutos a serem processados, poderão encontrar novos mercados para inseri-los. Ademais, podem requerer melhorias nas condições de estradas e outras infraestruturas, como relata um dos entrevistados:

Porque eu percebi que a forma como vínhamos trabalhando na roça de mandioca não estava trazendo para nós o sustento que a nossa família precisava. Estávamos



trabalhando muito e produzindo menos, estávamos ganhando menos. Percebemos também que com a roça estávamos destruindo ainda mais a natureza e não deixando nada de bens materiais para os nossos filhos. Hoje, eu não tenho nada que a minha mãe possa ter deixado para mim com o dinheiro de roça. Por outro lado, o SAF garante uma renda melhor, porque o açaí, cacau e cupuaçu tem comércio e muito mais por se tratar de uma roça sem queima, por se tratar de uma experiência nova que não agride a natureza. É um trabalho que no começo é meio sacrificante, mas depois ele já começa a trazer as suas vantagens. Depois que a planta está grande o mato começa a crescer menos, aí vem a produção. A roça todo ano a gente tem que estar plantando. O cupuaçu, o cacau, açaí não precisa todo ano estar plantando, depois que planta vai colher por muito tempo.

Outra forma de ação coletiva evidencia-se na realização do trabalho. Essa é uma das manifestações mais importantes da organização em grupo dos quilombolas, chamada popularmente de mutirão, realizada desde períodos longínquos, como relata um dos agricultores:

É muito grande a importância do mutirão para comunidade. Tudo que a gente tem construído aqui na comunidade foi através de mutirão, foi através da união da comunidade trabalhando coletivamente que a gente construiu. Aí eu volto a te falar, se hoje a gente tem SAF é graça ao trabalho coletivo, se hoje somos referência em açaí nativo no Jambuaçu e estamos vendendo para merenda escolar é graças ao mutirão, é graças ao trabalho coletivo. Se hoje nós temos aquele salão comunitário, foi mutirão. Tudo que nós temos na comunidade de obras é mutirão, nunca ninguém pagou ninguém. Para nós, o mutirão é uma coisa muito importante que, para a gente, é uma cultura, é uma identidade da comunidade São Manoel que a gente faz questão de lembrar e ressaltar a importância que tem para cada um de nós. A gente em São Manoel não sei como viveria sem o mutirão, pois a comunidade aprendeu a trabalhar em mutirão, desde nossos antepassados existia um estilo comunitário em que todo mundo trabalhava junto e desde o surgimento da comunidade sempre teve esse trabalho em mutirão, o que é fundamental para nós.

A própria formação inicial de São Manoel ocorreu por meio de um mutirão para a limpeza do caminho do cemitério, conforme relatado nas entrevistas históricas, o que demonstra a importância dessa forma de trabalho. Em comunidades rurais, nas quais, por vezes, o Estado não atua na promoção de serviços básicos à população, essa se vê propensa a união em prol de melhorias. Esses serviços básicos podem ser desde a construção de calçadas, centros comunitários e limpeza de áreas comuns, até deliberações para a melhoria de vida, como demonstra a união do grupo para a implantação dos SAF, visando um futuro melhor.

Diferentes formas de organização se evidenciam nos mutirões. Willems (1947) *apud* Caldeira (1956) distinguiu dois elementos relacionados às formas de reunião de trabalho ao observar a cidade de Cunha (SP): a reciprocidade instantânea e a reciprocidade adiada. A

primeira se caracteriza pelo fornecimento de comidas e bebidas pelo dono do mutirão aos que lhe ajudaram a realizar um trabalho coletivo; a adiada constitui os serviços que serão retribuídos em forma de trabalho.

As formas de organização identificadas, foram identificadas também em São Manuel, mas em tempos diferentes. Um dos agricultores relata que, antigamente, existia a forma de reciprocidade instantânea na comunidade:

Realmente quando a gente faz essas tarefas de organização, nas conversas entre dois, três a gente fala “bora fazer um grupo de trabalho? Então bora, vamos chamar fulano e ciclano” e assim vai. Então a gente forma aquele grupo, o que eu acho proveitoso e isso vem desde os antepassados, que faziam os mutirões grandes que chegavam a matar porco. Diziam “ó, tal dia tem mutirão de fulano”, então eles iam para lá derrubar roçado só no machado, passava o dia inteiro e almoçava aquele porco, quando era de noite ainda fazia uma festinha. Era tudo isso, essas tradições de primeiro acontecia, então essa é uma tradição que a gente vem trazendo durante o tempo. Não é como antigamente que rolava almoço, às vezes conforme o sol a gente forma até o dia inteiro, mas geralmente é até meio dia e também não tem a festinha durante a noite que tinha antigamente.

No presente, momento da pesquisa, entretanto, a reciprocidade foi caracterizada como adiada, pois a maioria dos agricultores não possuem recursos para realizar almoços e festas como acontecia antigamente.

Outra questão retratada por um dos agricultores se refere à importância do mutirão como uma forma de cultura e identidade do povo da comunidade de São Manoel, por ser uma herança de seus antepassados; assim, possuem forte vínculo entre os comunitários até os dias atuais. Quanto às formas de incentivos, verifica-se um exemplo pela fala do agricultor abaixo:

O mutirão é muito importante, porque o trabalho em grupo um ajuda o outro. Tem serviços que uma pessoa iria passar quinze dias fazendo e as vezes é um trabalho que ia desgastar fisicamente, psicologicamente a pessoa, por se tratar de um trabalho muito pesado esse nosso. Isso às vezes traz até o desânimo da pessoa. Quando estamos trabalhando em grupo é diferente, porque um dá força para o outro. A gente vai trabalhando, vai gritando, vai se motivando, quando a gente vê que um está desanimado a gente dá força e assim vai. Então o trabalho em grupo tem essa grande importância. A gente se sente incentivado pelo outro quando a gente está em grupo.

Na convivência com os comunitários, pode-se observar o exercício do convívio entre as pessoas que têm o mesmo objetivo final. Observa-se esse aspecto na fala de um dos agricultores:

O mutirão traz uma vantagem muito grande, porque é um meio que a gente encontrou, que além do serviço que produz no dia, ele gera mais união entre a gente. Então o



mutirão ajuda muito, porque o serviço que era para fazer em dez dias, em um dia a gente faz em uma quantia de gente, com todo mundo animado, naquela ativa, então une os dois juntos.

Além da implantação dos SAF, presenciei duas atividades realizadas coletivamente: a manutenção do pimental coletivo e o manejo do açaizal nativo de um dos produtores.

Na manutenção do pimental comunitário foi realizado um mutirão por um grupo de agricultores no qual cada um dos sete integrantes tinha duas filas de pimenta plantadas coletivamente em uma área com um tutor vivo de gliricídia e mais seis filas que eram comuns a todos. O grupo se reuniu por volta das sete horas da manhã para ir ao pimental e chegando lá fizeram uma oração pedindo proteção para o dia de trabalho iniciado. Como estava na época da safra do açaí e os recursos financeiros eram mais abundantes, alguns agricultores optaram pela contratação de diaristas para ajudá-los na realização da tarefa de capina, o que demonstra a distribuição de renda nessa época do ano. Sabourin (2006) relata mudanças em casos de ajuda mútua de reciprocidade, pois alguns agricultores pagam um diarista no lugar de assumir a sua prestação, mas não criam uma dívida social por não participarem fisicamente do mutirão. Eles realizaram o manejo da gliricídia, em que eram deixados três galhos e a capina das entrelinhas, deixando a matéria orgânica nas linhas para a decomposição. O grupo se dividiu em seis pessoas que realizavam a capina, enquanto duas pessoas com roçadeiras semi-mecanizadas roçavam as partes mais altas. Era muito comum durante o trabalho a narração de casos que elevavam o humor dos trabalhadores durante as atividades. No meio da manhã, houve a pausa para alimentação, sendo as comidas compartilhadas. O trabalho foi encerrado próximo ao meio-dia e voltou a ser realizado às sextas-feiras das semanas posteriores até a chegada do período da colheita.

Em outra experiência presenciada ocorreu um mutirão na área de açaí nativo em um terreno de igapó da liderança técnica de São Manoel, no qual participaram oito agricultores da comunidade vizinha de Jacundaí. Eles vieram retribuir o chamado devido à ajuda que essa liderança realiza nas orientações técnicas de seus SAF. A reunião do pessoal se iniciou às sete horas da manhã, quando cada um afiou o seu facão e dois agricultores se equiparam com roçadeiras semi-mecanizadas, todos para a realização da roçada e do manejo da área. Os agricultores trabalharam nas atividades de limpeza da vegetação, fora o corte de alguns açaizeiros mais altos que dariam espaço para novos estipes, o que torna a colheita mais célere



por conta da menor altura. No caso específico desse mutirão, como a liderança convidou os comunitários de Jacundaí, ele era o responsável por dar toda a alimentação do dia (a merenda da manhã e o almoço). Este exemplo pode ser caracterizado como uma reciprocidade instantânea, na qual existe o elemento da alimentação dos trabalhadores do mutirão como forma de compensação, conforme visto em Willems (1947) *apud* Caldeira (1956).

AÇÃO COLETIVA NA ASSOCIAÇÃO

Outra das principais expressões da ação coletiva na comunidade é a Associação de Agricultores Quilombola da Comunidade São Manoel. Suas atividades englobam diversos setores, como segurança, subsistência, educação, acesso às políticas públicas, fomento à geração de renda, incentivo à comercialização, dentre outros. Um desses aspectos, relativo à destinação de terras, é de grande importância em uma comunidade rural; ela é concedida por intermédio de uma diretoria específica da associação.

Um dos papéis fundamentais da associação é a representação política da comunidade por meio de suas lideranças, assim como possui o papel de conscientização dos mais jovens para formação de novos líderes. Duas das características mais gerais das lideranças entrevistadas em São Manoel, considerando tempo, propósitos e opositores, é a grande força e a motivação em suas lutas. É a associação que representa os moradores nas reuniões com o Ministério Público a respeito das negociações com a Norsk Hydro, e que lida com os acessos a editais, como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outra importante atribuição da associação é o contato com os órgãos governamentais, como o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e o Pará Rural, e com particulares, como é o caso do acordo com o produtor Michinori Konagano, de Tomé-Açu, que forneceu sementes e assistência técnica inicial para a implantação dos SAF. A relação com agentes externos gera uma retroalimentação, que estimula a ocorrência da ação coletiva. Esses projetos que têm sido apresentados à comunidade por esses órgãos servem como uma fonte de recursos, tais como insumos, para o grupo. Porém, para ter acesso a esses recursos, é necessária a existência de um grupo local que funcione e se apresente como representante, e não apenas um líder que distribua os recursos, pois os projetos necessitam de um grupo que os implemente, conforme observaram Veiga e Albaladejo (2002) em outro contexto.



Em São Manoel, existe uma iniciativa de organização para a venda do açaí para o município de Moju por meio de licitação da merenda escolar, como afirmaram doze agricultores (80% dos entrevistados). A agroindústria localizada em São Manoel realizou uma mobilização entre os produtores de açaí da comunidade para a compra de seus produtos, beneficiando o açaí para a venda, o que gerou agregação de valor ao produto, depois repassado no valor da compra aos agricultores. Cinco agricultores (33,3%) relataram que por meio da organização pretendem tirar o poder de barganha dos atravessadores, que constantemente pagam um preço baixo pelos produtos locais.

CONCLUSÕES

Em meio as diversas interferências que a comunidade sofreu devido a presença de grandes empreendimentos, ela utilizou estratégias para que pudessem resistir a tais demandas. A resistência se deu por meio do trabalho coletivo, mais conhecido como mutirão. Este é muito utilizado tanto na realização de atividades de manutenção da comunidade devido ao descaso do poder público, quanto para o aperfeiçoamento de viés econômico, com a implantação dos SAF, manejo dos açaizais nativos e manejo dos pimentais. As alternativas produtivas para se manterem na terra sendo realizadas coletivamente demonstram que essa cultura do mutirão é uma forma de resistência que eles têm para se manterem frente aos grandes empreendimentos que procuram aumentar as suas áreas na região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de.; MARIN, R. A. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** (organizadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

ALMEIDA, A. W. B. de.; MARIN, R. A. (coords.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Quilombolas de Jambuaçu- Moju. Pará. Fascículo 3.** PNCSA: Brasília, 2007. 12 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. (orgs)...[et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.

ALVES, S. R. **Nosso canto é aqui!:** Quilombolas de Santa Maria do Trauateua frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em



Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2014.

BARBOSA, M. B. C.; MARIN, R. E. A. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, p. 27-45, jul. 2010.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956.

GALVÃO, H. Mutirão e Adjunto. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano III, n. 29, p.723 - 731, ago. 1945.

IANOVALI, D. **A agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP: comparação entre as agriculturas itinerante e permanente**. Universidade de São Paulo. 2015.Dissertação (Mestrado) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MACHADO, J. C. N., "**nem parecer que tem quilombola aqui**": (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. 2014, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MARIN, R. E. A. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará. In ALMEIDA, A. W. B. de (orgs)...[et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: Thiollent, Michel Jean-Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3.ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-211.

OLIVEIRA, F. M. B. de. **Mobilizando oportunidade**: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.



OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

SABOURIN, E. Manejo de recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em debate**, vol.1, n.2, 2010.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra: a violência no campo paraense**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan.-abr. 2017.

SCHWARTZ, G.; LOPES, J. C. Florestas secundárias: Distúrbios e Sistemas Agroflorestais, p. 255 - 276. In: **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Organizado por Iracema Maria Castro Coimbra Cordeiro, Lívia Gabrig Turbay Rangel-Vasconcelos, Gustavo Schwartz, Francisco de Assis Oliveira - Belém: EDUFRA, 323 p. 2017.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.1., n.3. Belém, p.41-77, 2002.